

26 de fevereiro de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



SESSÃO PÔSTER

Mantendo a iniciativa dos simpósios anteriores, será organizada uma Sessão Pôster vinculada ao evento que certamente alcançará o sucesso dos anos anteriores. Assim como em 2018, haverá a premiação dos melhores trabalhos, que devem seguir um dos seguintes temas

- **Sistemas Minerais e Processos Mineralizantes**
- **Tecnologias e Métodos Aplicados À Exploração Mineral e Geometalurgia**
- **Política e Economia Mineral, Sustentabilidade Ambiental e Social na Exploração Mineral**

As instruções e normas para submissão dos resumos podem ser acessadas através do link: www.adimb.org.br/simexmin2020/normas-para-submissao



EMPRESA ANUNCIA PROCESSAMENTO DE AMIANTO EM GOIÁS, E ASSOCIAÇÃO PEDE PROVIDÊNCIAS AO STF

Em anúncio ao mercado financeiro, Eternit disse que, com base em lei estadual, retomaria processamento do minério. O sindicato dos trabalhadores do setor de extração no estado comemora a retomada dos trabalhos.

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) pediu nesta quarta-feira (12) que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue com urgência a validade de uma lei de Goiás que permitiu a extração do amianto crisotila para exportação. O pedido ocorreu depois que a companhia Eternit, uma das principais fabricantes de telhas no Brasil, anunciou ao mercado financeiro o processamento "temporário" de amianto já extraído para fins exclusivos de exportação com base na lei estadual.

"O beneficiamento do minério já extraído se dará em caráter temporário, não significa a retomada da atividade de mineração e proporcionará a exportação de cerca de 24 mil toneladas de fibra de amianto", afirmou o "fato relevante", nome dado aos comunicados oficiais.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativas de Goiás, Adelman Araújo Filho, comemorou a decisão da companhia de retomar o beneficiamento de amianto na indústria de **Minaçú**, no Norte de Goiás. O sindicalista diz, no entanto, que recebeu a notícia com cautela, pois é provisória. Em relação ao perigo que o produto pode trazer à saúde dos trabalhadores, Adelman Filho diz não enxergar ameaça superior ou diferente que o processamento de outros minérios podem causar.

"Trabalho há 30 anos com amianto e não vejo perigo. Vejo guerra econômica. Trabalhávamos da mesma forma que se trabalha com ouro e cobre, por exemplo, usando os equipamentos de segurança exigidos e as máquinas também são adequadas para fazer o trabalho. De 12 mil trabalhadores do setor no Brasil todo, não soube de nenhum que morreu de algo relacionado ao amianto", declarou o sindicalista.

Nesta quarta-feira (12), o presidente do sindicato disse que buscava informações com a Sama, mineradora do grupo Eternit, sobre o regime de contratação, o prazo de trabalho e a quantidade de funcionários que a mineradora deve convocar. Por meio de nota, a Sama informou que "para essa operação pontual, a empresa irá contratar um pequeno número de trabalhadores em caráter temporário. As atividades de mineração da Sama e de extração do amianto crisotila continuam suspensas, aguardando manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema".

STF proíbe exploração

A lei, sancionada em julho de 2019, foi questionada dias depois da sanção no STF. O argumento é que, em 2017, o **Supremo proibiu a produção, a venda e o uso de materiais** com amianto por entender que o material representa riscos à saúde. A ação contra a lei estadual, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, chegou a ter julgamento iniciado no plenário virtual do STF, mas foi retirada a pedido do governador Ronaldo Caiado para que seja julgada presencialmente. Ainda não há data definida.

Para a ANPT, o anúncio da Eternit causou "uma substancial modificação no estado de coisas, gerando situação de grave insegurança jurídica e desrespeito aberto à decisão plenária do Supremo Tribunal Federal".

"Ante os relevantes fatos novos acima narrados, consistentes em postura afrontosa e desrespeitosa às decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal, acarretando risco de dano imediato grave e irreparável à saúde e à vida dos expostos ao amianto, cujo processamento se pretende restabelecer, o ora peticionante roga pela urgente apreciação monocrática do pedido cautelar."

Parecer da PGR

No fim do ano passado, o procurador-geral da República, Augusto Aras, **enviou ao Supremo parecer contrário à lei estadual**. Segundo o PGR, o amianto já foi banido em mais de 60 países e o STF já decidiu proibir, em razão do risco à saúde.

Fonte: G1 Goiás

Autores: Mariana Oliveira e Rafael Oliveira

Data: 12/02/2020



ICMM ENHANCES MEMBERSHIP REQUIREMENTS INCLUDING SITE-LEVEL VALIDATION AND DISCLOSURE OF ITS MINING PRINCIPLES

The International Council on Mining and Metals (ICMM) today launched its enhanced membership requirements – ICMM's Mining Principles – which now include site-level validation and transparent disclosure. These requirements seek to maximise the industry's benefits to host communities and minimise negative impacts to effectively manage issues of concern to society.

ICMM's Mining Principles define good practice environmental, social and governance requirements for the mining metals industry through a comprehensive set of performance expectations. Validation of the implementation of the performance expectations takes place at the site-level for all members' assets. Validation involves a mix of self-assessments and independent, third-party assessments, coupled with transparent disclosure of the outcomes.

ICMM's Mining Principles are aligned with the objectives of other responsible sourcing initiatives. They establish a high bar for sustainability practices that many of our member companies currently apply to manage a broad range of sustainability issues at the operational level. As a condition of membership for ICMM company members, ICMM's Mining Principles will apply to roughly 650 assets in over 50 countries.

Aidan Davy, COO of ICMM, said: "Mining and metals are critically important to society – as a catalyst for sustainable social and economic progress and as essential materials for the technologies needed to address climate change – but they must be produced responsibly.

"Societal expectations of the mining industry encompass a broad range of environmental, social and governance challenges. Our aim has been to develop a holistic set of requirements that establish a benchmark for responsible mining practices.

"ICMM's Mining Principles will support our members to supply the increasing demand for metals and minerals, while giving confidence to customers and other stakeholders that they have been produced responsibly. We encourage all mining companies to embrace good practice environmental, social and governance requirements."

In 2003, ICMM published its 10 Principles for sustainable development to set a standard of ethical performance for its members. Building on this, in early April 2018, ICMM launched a global public consultation on the introduction of a comprehensive set of performance expectations for how members should be expected to manage a broad range of sustainability issues. The resulting enhanced Mining Principles strengthen social and environmental requirements on issues such as labour rights, resettlement, gender, access to grievance mechanisms, mine closure, pollution and waste.

Fonte: International Council on Mining e Metals

Data: 13/02/2020



IBRAM ESCLARECE POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO A ATIVIDADES ECONÔMICAS EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

O projeto de lei nº 191, de autoria do governo federal, encaminhado ao Congresso Nacional, tem o objetivo de regulamentar atividades econômicas em terras indígenas, como petróleo, gás, energia e mineração. O projeto busca regulamentar o que a Constituição brasileira estabelece.

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) defende que o exercício de qualquer atividade de mineração deve ocorrer com base em princípios sustentáveis, moderna governança corporativa na qual prevaleçam práticas formais, legalizadas e de transparência, com priorização da segurança operacional, como está sendo proposto pelo governo federal.

No Brasil, a mineração é uma atividade produtiva de baixíssima extensão territorial, ocupando somente 0,6% do território brasileiro, caracterizando-se pela preservação e conservação do ambiente em seu entorno.

A mineração em terras indígenas já ocorre em outros países, como Canadá e Austrália.

O Congresso Nacional certamente abrirá espaço para debates a serem realizados nas suas comissões para ouvir todas as partes interessadas. O IBRAM considera a mineração em terras indígenas algo factível desde que observados os pontos acima abordados e que haja plena segurança jurídica para a realização dos investimentos.

Fonte: IBRAM

Data: 13/02/2020



RETORNOS DA SAMARCO E DA VALE DEVEM IMPULSIONAR ECONOMIA DO ES EM 2020

A expectativa para o setor de mineração no Espírito Santo em 2020 é positiva, de acordo com a Federação das Indústrias Capixabas (Findes). A principal aposta é com a retomada das atividades da Samarco no segundo semestre deste ano, além do retorno da extração de minério pela Vale, que teve queda 18% na produção de pelotas em 2019.

"O retorno da Samarco, por si só, é um grande evento. A grande crise da mineração em Minas Gerais, que alimenta o nosso sistema de produção, foi ultrapassada. A companhia está retomando os seus níveis de produção, especialmente, na mina de Brucutu (MG)", destacou o presidente da Findes, Leonardo de Castro.

Economista chefe da Findes, Marcelo Saintive destacou que a situação fiscal do Estado também favorece o aquecimento da economia. "O Espírito Santo tem mais chance de sair na frente na retomada da economia, porque a organização fiscal nos dá uma capacidade maior de crescer", ponderou.

Privatizações

Os investimentos previstos para o Espírito Santo são diversos, tanto nas indústrias tradicionais, como de mineração e celulose, quanto na atração de novas indústrias para construir suas fábricas no Estado. A projeção é chegar a R\$ 62,4 bilhões em investimentos industriais e de infraestrutura no Estado até 2023.

Empregos

Somente neste ano, o objetivo da Findes é de que sejam criados mais de 5 mil postos de trabalho, segundo Castro. "Em 2019, criamos perto de 3 mil vagas diretas. Nossa perspectiva é muito melhor para 2020. Acreditamos na criação de mais de 5 mil postos de trabalho na indústria. Na região Norte do Estado, o mercado está mais aquecido, em especial no município de Linhares, com o volume de investimentos industriais anunciados", afirmou. As informações são da Tribuna Online.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 14/02/2020



PRODUÇÃO CRESCE, MAS DIAMANTES VÃO EMBORA

País saiu dos últimos lugares no ranking e hoje está entre os 15 maiores produtores de diamante bruto, mas mercado brasileiro não desenvolveu indústria de lapidação

A produção de diamantes no Brasil cresceu muito nos últimos anos graças à mineradora Lipari, de capital belga e chinês, que opera desde 2016 na Bahia. Em 2014, a produção legal era de 59 mil quilates e, em 2018, chegou a 250 mil quilates. No ano passado, caiu um pouco, mas continua bem mais alta do que no início da década. Com isso, o país saiu dos últimos lugares no ranking mundial para se colocar entre os 15 maiores produtores de diamante bruto.

Produção dá um salto, mas diamantes vão embora

Esse aumento poderia ser uma boa notícia não só para o setor mineral, mas também para a indústria joalheira nacional, que movimenta R\$ 20 bilhões por ano no varejo. O problema é que o Brasil depende da importação de diamantes lapidados. O avanço da Lipari poderia significar uma alternativa à importação, mas não foi o que ocorreu.

"Tentamos vender no Brasil. Tínhamos essa ideia, mas a carga tributária mata as oportunidades de negócios. Não vendemos nada para o mercado local", diz o presidente da Lipari, Kenneth Johnson. Já a exportação é isenta de tributos. Além disso, não há no país empresas estruturadas para lapidação, diz Manoel Bernardes, dono da joalheria que leva seu nome, a mais tradicional de Minas Gerais.

Fonte: International Council on Mining & Metals

Autor: Marcos de Moura e Souza

Data: 17/02/2020

FUTUROS DO MINÉRIO DE FERRO AVANÇAM 2,65% NA BOLSA CHINESA DE DALIAN

Investing.com - A jornada desta segunda-feira teve como característica uma importante valorização nos **contratos futuros do minério de ferro**, que são negociados na bolsa de mercadorias da cidade chinesa de **Dalian**. O ativo com o maior volume de operações, com data de vencimento para maio deste ano, somou 2,65% aos 639,50 iuanes por tonelada, o que representa avanço de 16,50 iuanes em relação ao valor de liquidação anterior, de 623,00 iuanes/t.

No mesmo sentido, a jornada também teve avanços para as cotações futuras dos papéis do **vergalhão de aço**, que são transacionados na também chinesa bolsa de mercadorias da Xangai. O contrato de maior liquidez, com entrega para maio de 2020, teve ganhos de 42 iuanes para 3.427 iuanes por tonelada. Já o de outubro, segundo em negócios, somou 63 iuanes para 3.503 iuanes por tonelada.

Os índices acionários da China fecharam em alta nesta segunda-feira, revertendo toda a queda provocada pelo surto do coronavírus, uma vez que as autoridades ampliaram o suporte para a economia e para as empresas que foram afetadas por uma queda nas vendas e atividade.

O banco central da China cortou a taxa de juros sobre seus empréstimos de médio prazo nesta segunda-feira conforme as autoridades buscam aliviar a pressão às empresas do surto de coronavírus.

A medida deve abrir caminho para uma redução na taxa primária de empréstimo (LPR), que será anunciada na quinta-feira, para reduzir os custos e aliviar os apertos financeiros sobre empresas afetadas pela epidemia do vírus.

O Banco do Povo a China disse que estava reduzindo a taxa sobre 200 bilhões de iuanes (28,65 bilhões de dólares) em instrumento de empréstimo de médio prazo de um ano (MLF) para instituições financeiras em 10 pontos básicos, para 3,15%, de 3,25% anteriormente. O banco central atribuiu a medida para manter a liquidez do sistema bancário “razoavelmente ampla” para conter fatores como o vencimento de recompras reversas, mas não citou o motivo específico para a decisão.

Nenhum empréstimo de MLF venceria na segunda-feira.

Fonte: Investing.com

Autor: Gabriel Cudas

Data: 17/02/2020



o antagonista

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO VAI USAR DADOS DE INSPEÇÕES EM CAMPO PARA CFEM

A Agência Nacional de Mineração (ANM) vai passar a usar dados de fiscalizações em campo em instalações de mineradoras para fins de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A nova resolução foi publicada hoje no Diário Oficial da União.

Por lei, o governo federal destina 13% do arrecadado com a CFEM, paga pelas mineradoras, aos municípios afetados pela mineração.

Os municípios afetados não são necessariamente aqueles onde a atividade mineradora ocorre, mas os que recebem ferrovias, dutovias, barragens de rejeitos e outras instalações relacionadas. Cada cidade não recebe integralmente os 13%. Elas ganham créditos de acordo com as estruturas existentes no território.

Até hoje, esses dados eram fornecidos pela própria mineradora e pelos municípios, e revisados pela ANM. A fiscalização em campo das instalações não estava prevista na legislação anterior sobre a CFEM.

Já o novo texto prevê “apuração a ser realizada pela ANM”, inclusive a partir de fiscalizações em campo. Isso não significa que serão realizadas inspeções motivadas para cálculo da CFEM, mas que inspeções realizadas por outros motivos poderão ser usadas nesse cálculo.

O novo texto também estabelece que a agência vai comparar os dados fornecidos pelas mineradoras aos das prefeituras. Para algumas prefeituras, o valor do repasse da CFNM é significativo.

Apenas em janeiro de 2020, foi de R\$ 1,4 milhão para Vitória (ES), R\$ 3,6 milhões para São Luís (MA), R\$ 1,4 milhão para Marabá (PA) e R\$ 1 milhão para Itaguaí (RJ), segundo dados da própria ANM.

O desafio agora será realizar as fiscalizações.

Em 2018, o DNPM (hoje ANM) realizou 3 850 vistorias, pouco mais da metade de sua meta. Segundo relatório da agência publicado em março de 2019, “[o] resultado abaixo da média já era previsto, partindo da premissa que a força de trabalho está em processo de contínua redução”.

Leia a resolução de [nº 25 na íntegra](#).

Fonte: O antagonista

Autor: Cedê Silva

Data: 17/02/2020



RELATÓRIO INTERNACIONAL CONCLUI QUE VALE SABIA DOS RISCOS DE ROMPIMENTO DE BARRAGEM EM BRUMADINHO

O relatório de uma força-tarefa internacional formada por juristas de diversos países conclui que a mineradora Vale sabia dos riscos de rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em 44 páginas, o documento apresenta relatos dos atingidos, aponta responsabilidades pelo crime socioambiental e propõe medidas de reparação e prevenção de futuras tragédias. Os dados foram apresentados pela advogada norte-americana Jeanne Mirer, presidente do Conselho Internacional de Direito do Trabalho e Associação Internacional de Juristas Democráticos.

“O relatório tem duas grandes partes: primeiro são os depoimentos coletados e depois as descobertas e as recomendações que foram feitas a partir da escuta de relatos dos atingidos”, explica.

O documento foi produzido pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o impacto do rompimento da barragem. Juristas da Itália, Canadá, México, África do Sul e Estados Unidos participaram do trabalho.

“O relatório é dividido em quatro grandes aspectos: Justiça, Independência, Transparência e Dissuasão. Quando apontamos a responsabilidade da Vale, é preciso lembrar também da alemã Tüv Süd, que foi pressionada pela Vale”, pontua Jeanne.

Na visão da advogada, tem que haver respeito aos direitos humanos dos atingidos. “Quando falamos de justiça, quer dizer que todos os afetados pelo desastre têm que ser reconhecidos e reparados. Um dos nossos focos é o respeito aos direitos humanos”.

A comissão pede também que as ações de reparação sejam feitas de forma independente. “O que queremos dizer com independência é que a Vale não pode ser controladora das ações que vão ser tomadas, como acontece em Mariana (na região Central de Minas), onde foi criada uma fundação, a Renova, que lida com todas as questões”.

Vale

A Vale disse em nota que “considera fundamental que haja uma conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas do rompimento da barragem B1 antes que sejam apontadas responsabilidades”. A mineradora ressalta que coopera ativamente com as investigações conduzidas pela força-tarefa, pelos comitês internos independentes e pelas comissões parlamentares, apresentando os documentos e informações solicitados.

Fonte: Itatiaia – Rádio de Minas Gerais

Autor: João Felipe Lolli

Data: 18 /02/2020



EXCLUSIVE: TESLA IN TALKS TO USE CATL'S COBALT-FREE BATTERIES IN CHINA-MADE CARS - SOURCES

Beijing (Reuters) - Tesla (TSLA.O) is in advanced stages of talks to use batteries from CATL (300750.SZ) that contain no cobalt - one of the most expensive metals in electric vehicle (EV) batteries - in cars made at its China plant, people familiar with the matter said.

Adoption would mark the first time for the U.S. automaker to include so-called lithium iron phosphate (LFP) batteries in its lineup, as it seeks to lower production costs amid faltering overall EV sales in China.

Tesla has been talking to the Chinese manufacturer for more than a year to supply LFP batteries that will be cheaper than its existing batteries by a "double-digit percent," said a person directly involved in the matter, who was not authorized to speak with media and so declined to be identified.

Tesla Inc and Contemporary Amperex Technology Co Ltd (CATL) declined to comment.

EV manufacturers usually use nickel-cobalt-aluminum (NCA) or nickel-manganese-cobalt (NMC) batteries on passenger vehicles because of their higher energy density, which is critical in determining how far an EV can drive on single charge.

To boost the density and safety of its LFP batteries, CATL has been working on its so-called cell-to-pack technology, the people told Reuters.

It was not clear to what extent Tesla intends to use LFP batteries but the automaker has no plans to stop using its current NCA batteries, said one of the people.

Tesla has been ramping up production of its Model 3 cars at its newly built \$2 billion Shanghai plant and cutting prices to win market share from conventional premium automakers such as Germany's BMW AG (BMWG.DE) and Daimler AG (DAIGN.DE).

Tesla started to deliver cars from the factory in December, helping it save on shipping costs and tariffs for imported models. It is currently seeking regulatory approval to make longer-range Model 3 cars at the plant.

Sales in China of new energy vehicles - referring to battery-only, plug-in hybrid and fuel-cell vehicles - likely sank 54.4% in January, industry data showed, due in part to the Lunar New Year holiday starting earlier than last year as well as the impact of the outbreak in China of a new coronavirus.

The use of LFP batteries will also help Chief Executive Elon Musk meet a 2018 promise that Tesla would cut the use of cobalt - which costs some \$33,500 a tonne - to "almost nothing".

Tesla plans to host a battery event, probably in April, to share its future battery strategy and technology, Musk said at an earnings conference in January.

Fonte: Reuters

Autor: : Zhang Yan, Yilei Sun, Brenda Goh

Data: 18 /02/2020



PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO: ENTIDADES DE ROCHAS DO ES, MG E CE ASSINAM DOCUMENTO

Os presidentes do **Centrorochas** (Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais), Frederico Robison, e **Sindirochas-ES** (Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo), Tales Machado, cumpriram agenda em Belo Horizonte nesta segunda-feira, 17 de fevereiro, quando participaram da apresentação "Plano Estratégico Minas Gerais e Espírito Santo", desenvolvido pela FINDES e FIEMG. Na ocasião, as duas entidades do setor de rochas ornamentais, assinaram o "Protocolo de Integração". Junto com **Sinrochas-MG** (Sindicato Intermunicipal das Indústrias de

Beneficiamento de Mármore, Granitos e Rochas Ornamentais no Estado de Minas Gerais) e **Simagran-CE** (Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Ceará), Sindirochas-ES e Centrorochas, se comprometem em atuarem em conjunto pela busca de seus objetivos. Os três estados (**ES, MG e CE**) detêm cerca de 95% das exportações do segmento no Brasil.

A união dos estados indica a busca de um fortalecimento dos mesmos, o que será benéfico ao fortalecimento do país. O movimento nasceu como agregador aos interesses nacionais, o mesmo ocorrendo na integração das entidades do setor de rochas que selaram o acordo. O documento foi assinado pelos presidentes do Centrorochas e dos sindicatos patronais dos três maiores estados exportadores do setor de rochas no país: Frederico Robison (Centrorochas), Carlos Rubens (Simagran-CE), Tales Machado (Sindirochas-ES), e Balbino Figueiredo (Sinrochas-MG). A integração entre as lideranças do setor acontece com apoio da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes).

“Plano Estratégico Minas Gerais e Espírito Santo”

Plano desenvolvido pela Findes e Fiemg com foco na infraestrutura e logística para estimular investimentos em estradas, portos e ferrovias nos dois estados. Os trabalhos incluem ainda o desenvolvimento dos municípios no Vale do Rio Doce, a segurança jurídica nas transações entre as empresas em MG e no ES e ainda a indústria de óleo e gás.

Além dos presidentes das federações capixaba e mineira, Léo de Castro e Flávio Roscoe, os governadores do ES, Renato Casagrande, e MG, Romeu Zema, o ex-senador Ricardo Ferraço, o coordenador da Bancada do ES, Josias da Vitória, o deputado federal, Evair de Melo, Eutemar Venturim (Cetemag), além de empresários e outras lideranças políticas.

Fonte: Centro Rochas

Data: 18 /02/2020



US\$ 1.900 A ONÇA

Depois de seis anos em baixa, o ouro ganhou vida a partir de maio do ano passado, saltando de US\$ 1.270 para quase US\$ 1.550 no início de setembro, com uma alta de 22%. E já tem gente vendo o preço da onça ultrapassando o recorde de US\$ 1.900, registrado no fim de 2011.

De setembro em diante, teve alguns recuos, mas o movimento de alta voltou com força em fevereiro e, na semana passada, fechou em US\$ 1.583, ou R\$ 220 o grama no mercado local.

Quem pode se beneficiar muito dessa nova onda são obviamente as mineradoras de ouro que ganham nas duas pontas: com a valorização do preço do produto (e reservas provadas) e com a valorização de suas ações. A mineração de ouro, muitas vezes (injustamente) tachada como o pior negócio do mundo, é altamente sensível ao preço do metal que tem uma característica ímpar de ser ao mesmo tempo um produto, quando usado em joias e circuitos, e um ativo financeiro seguro.

Quando o ouro estava a US\$ 1.200, poucas mineradoras ganhavam dinheiro. Bastou ir a US\$ 1.300 que várias mineradoras ficaram no azul. Isso significa que um pequeno movimento no preço do metal tem o potencial de levar uma empresa de mineração do prejuízo a uma fábrica de dinheiro quase da noite para o dia. Poucos setores oferecem essa alta alavancagem operacional.

De uma forma ampla, o setor de mineração de ouro não tem lucros há anos. A canadense Barrick Gold, por exemplo, amargou 20 trimestres com margens negativas nos últimos oito anos. Foram cinco anos no vermelho, é muita coisa. Após anos disso, investidores ficaram, como dizer, fartos do setor, para não usar as palavras "saco" e "cheio". A queda nos preços do ouro de 2013 a 2019 (com uma ligeira recuperação em 2017) foi a gota d'água. As mineradoras passaram a ter pouca capacidade de captar dinheiro para tocar os negócios e muito menos abrir novas minas de ouro.

Um detalhe essencial da indústria de mineração é que se demora cerca de 10 anos para desenvolver uma mina de ouro. E cada onça lavrada é uma a menos nas reservas. A cada ano, o setor de mineração de ouro retira quase 110 milhões de onças do subsolo, só as dez maiores lavram quase 32 milhões de onças,

segundo dados de 2018. Mas com a escassez de investimento, a indústria negligenciou o negócio de substituir as onças que extrai das minas a cada ano, ou seja, fez pouca pesquisa mineral.

Pierre Lassonde, fundador da Franco-Nevada (FNV), uma firma de royalties de ouro e petróleo, disse recentemente que, nas décadas de 70, 80 e 90, o setor encontrou um depósito de ouro de 50 milhões de onças, alguns depósitos de 30 milhões de onças e vários depósitos de 5 a 10 milhões de onças. Mas nos últimos 15 anos, não foram achados depósitos de 50 milhões de onças, nem depósitos de 30 milhões de onças, e uns poucos de 15 milhões de onças.

O resultado é que as minas em produção estão ficando sem minério. Daqui a quatro anos, os mais de 100 milhões de onças produzidas a partir de minas existentes hoje cairão para menos de 90 milhões. Quando a oferta diminui ao mesmo tempo em que a demanda aumenta, o mercado enlouquece. Lembrese, leva uma década para licenciar e abrir uma nova mina.

O movimento do mercado poderia desencadear um aumento ainda maior na demanda por ouro. Se isso acontecer, as ações das mineradoras vão disparar. Apesar de algumas das maiores, como Kinross e AngloGold Ashanti, terem ativos no Brasil, isso nos afeta pouco uma vez que não temos mineradoras de ouro na bolsa de São Paulo. O lado bom é que os investimentos em pesquisa e novas minas pode aumentar, acelerando o setor. No ano passado, se viu um certo movimento com aquisições e minas sendo reabertas, como foi o caso da mina Aurizona, no Maranhão, da Equinox, uma empresa canadense que se fundiu à Leagold no fim de 2019.

Se ações de mineradoras são uma boa opção, as firmas detentoras de royalties de ouro, são melhores ainda, pois tem todas as vantagens e vários pontos negativos a menos, uma vez que elas compraram o direito de uma parcela da produção, em geral entre 1% e 2%.

Os royalties cobrem futuras descobertas de ouro em uma propriedade e a expansão de uma mina, mesmo que não invista diretamente nessa expansão. A maioria das minas continua produzindo muito mais tempo do que o planejado pois uma vez que o operador já escavou 2.000 metros e torrou US\$ 1 bilhão em um projeto, ele reluta em sair. Geralmente, se gasta mais dinheiro sondando ouro no fundo da mina. E, quando encontra mais ouro detentor de royalties recebe seu percentual disso. O grande risco é, naturalmente, comprar royalties de um projeto que não sai do papel.

No ano passado, a Sandstorm Gold voltou a receber royalties da mina Aurizona, que ficou alguns anos fechada, que foram comprados em 2009. Na verdade, em 2009, era um acordo de streaming, ou fluxo de ouro. Mas esse acordo foi convertido em royalties, em 2015, a pedido da Luna, antes da venda da mina.

Essa outra modalidade de negócio, o streaming citado acima, é um forte concorrente dos royalties e tem vantagens em comparação à mineração de ouro. Nesse caso, o que é negociado é um (generoso) desconto para a compra de uma parcela da produção futura com contrapartida de um financiamento. De qualquer forma o Brasil também não tem empresas de royalties de ouro ou streaming. Contudo, essa nova onda de alta do ouro representa uma oportunidade para diversas empresas e para o país (se conseguir legalizar o ouro extraído).

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 18 /02/2020



NOVA FÁBRICA DA CSN EM SERGIPE

O Governo do Estado de Sergipe, por meio da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) concedeu Licença de Instalação (LI) para que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) construa uma indústria de cimento no município de Maruim, em uma área do Complexo Industrial Portuário.

Com a licença, a CSN já está apta a iniciar a construção do projeto, que deve receber investimentos de mais de R\$ 1 bilhão. O complexo cimenteiro será composto por Lavra de Calcário e Argila e beneficiamento em fábrica de cimento, em uma área total de 560 hectares, localizado na zona rural do município de Maruim.

O secretário de estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia, José Augusto Carvalho, afirma que a chegada da CSN em Sergipe faz com que o estado comece a receber os resultados do trabalho que tem sido galgado ao longo dos últimos dois anos. O secretário cita ainda a importância da eficiência do órgão ambiental do estado e sua celeridade na resolução de questões que envolvem o desenvolvimento econômico de Sergipe. “O Governador Belivaldo Chagas é um gestor que acredita que o desenvolvimento econômico e a atração de indústrias para Sergipe, principalmente aquelas consumidoras a gás, serão os propulsores da economia sergipana nos próximos anos. Por isso, tem cobrando eficiência e celeridade dos órgãos do Governo envolvidos neste processo, como a Sedetec, a Codise, a Adema e também a Sefaz, que tem desempenhado um papel importante, principalmente com a redução do ICMS para indústrias consumidoras a gás contempladas pelo PSDI, e nas demais questões tributárias do estado”, completa.

Na fase de construção da fábrica de cimentos a expectativa é que sejam gerados 2.500 empregos diretos e outros 10 mil indiretos. Esse número poderá ser de 500 empregos diretos e 2.000 indiretos com a conclusão da obra e início de operação. A fábrica terá capacidade para produzir 2,8 milhões de toneladas anuais de cimento. Entre os fatores decisivos para a CSN escolher Maruim para instalação da unidade estão a grande disponibilidade de energia e de gás natural existente em Sergipe e a riqueza mineral do solo da região de Maruim, onde predomina argila e calcário, matérias-primas para o cimento.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 19 /02/2020



MME QUALIFICA AÇÕES NO PROGRAMA DE PARCEIRAS DE INVESTIMENTOS

Foi realizada hoje (19), a 12ª Reunião do Conselho do Programa de Parceiras de Investimentos, na qual foram qualificados empreendimentos e ações relacionadas ao Ministério de Minas e Energia (MME):

Foram qualificados os leilões de energia nova que ocorrerão em 2020, que atenderão a demanda de energia do país a partir dos anos de 2024 e 2026. Para o primeiro leilão, com data prevista para 28 de maio, já existem 1.528 empreendimentos cadastrados, totalizando mais de 51.000 MW de energia, nas fontes hidrelétrica, eólica, solar, fotovoltaica e termelétrica (biomassa). Para o segundo, previsto para setembro de 2020, tem-se a expectativa de cadastramento de mais de 100.000 MW.

Para o setor de energia elétrica, foram qualificados os dois leilões de transmissão de energia deste ano, que deverão ocorrer em julho e dezembro, com investimento previsto da ordem de R\$ 10 bilhões. Para o primeiro leilão já existem propostas de obras que atingem 300 km de linhas de transmissão e 2.100 MVA de capacidade de transformação, envolvendo os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Ceará e Amazonas.

Já no setor mineral, foram qualificados os procedimentos necessários para a oferta pública de áreas de pesquisa ou lavra de recursos minerais da Agência Mineral de Mineração – ANM. Com cerca de 20.000 áreas em disponibilidade, a Agência busca estruturar uma modelagem de oferta que conte com protocolo digital de documentação, disputa virtual de curta duração, decisão por critérios objetivos e, para áreas com grande atratividade, promover a concessão com possibilidade de contrapartida financeira.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 19 /02/2020

CPRM E PERTH RECURSOS MINERAIS ASSINAM CONTRATO DE MINERAÇÃO LICITADO PELO PPI

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Perth Recursos Minerais assinaram contrato de promessa de cessão sobre os direitos de exploração do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis (TO). A empresa, de origem australiana, ganhou a licitação, realizada em outubro do ano passado pela CPRM.

A solenidade que marcou a assinatura do contrato foi realizada nesta quarta-feira (19/2), no Ministério de Minas Energia (MME), em Brasília. O evento reuniu representantes do Governo Federal, da empresa vencedora, do setor de mineração, parlamentares do Tocantins e da prefeitura de Palmeirópolis.

A Perth Recursos Minerais ofereceu 1,71% em royalties sobre a receita bruta, na fase de produção, além de R\$ 15 milhões em bônus, que será pago em três parcelas: R\$ 1,5 milhão na assinatura do contrato, R\$ 6 milhões durante o período de pesquisa e R\$ 7,5 milhões na concessão de lavra. Em investimentos, são esperados mais de R\$ 255 milhões, além da expectativa de geração de 2.500 empregos. Esse é o primeiro contrato de projeto de mineração no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que ofereceu à iniciativa privada os direitos minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis (TO).

O diretor-presidente da CPRM, Esteves Colnago, agradeceu o apoio que tem recebido do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para licitar os ativos da instituição e atrair novos investimentos para o setor. Colnago também reconheceu o papel dos colaboradores da CPRM, que, desde a descoberta do depósito mineral — na década de 1970 — até a sua reavaliação geológica para o leilão, demonstraram profissionalismo ímpar. “A atividade mineral é fonte de desenvolvimento social. Mediante a geração de empregos de qualidade, o aumento da renda e a arrecadação de impostos, a produção de novos empreendimentos mineiros traduz-se como essencial ao crescimento econômico e social do país”, afirmou.

O diretor-presidente disse, ainda, que a CPRM vai continuar ofertando à atividade privada seu portfólio de áreas, a fim de alavancar novos investimentos para o setor mineral brasileiro. Colnago lembrou que a instituição detém cerca de 330 direitos minerários, divididos em 30 blocos. “Já estamos com outros quatro projetos qualificados no PPI e que serão licitados ainda neste ano: carvão de Candiota (RS), cobre de Bom Jardim (GO), fosfato de Miriri (PB/PE) e Caulim do Rio Capim (PA)”, avisou.

Robert Michael Smakman, CEO da Perth Recursos Minerais, afirmou estar animado para começar as pesquisas em Palmeirópolis. Smakman vai se reunir com técnicos da CPRM na Superintendência Regional de Goiânia. Segundo ele, a empresa pretende fazer uma reinterpretação dos dados aerogeofísicos e geoquímicos, a fim de planejar sondagens que delimitarão o tamanho do depósito mineral. O depósito polimetálico de Palmeirópolis contém mais de um elemento em quantidades para aproveitamento econômico — como zinco, cobre, chumbo e ouro — e compreende seis processos minerários, totalizando 6.050 ha, todos com relatórios finais de pesquisa aprovados pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

A secretária adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Lilia Mascarenhas Sant’agostinho, que representou o ministro Bento Albuquerque, disse que a assinatura do contrato concretiza as ações do governo para destravar o setor, atrair investimentos e colocar a mineração na base do desenvolvimento do país.

Márcio José Remédio, novo diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, concorda com a avaliação da secretária adjunta. “A disponibilização dos ativos é um passo importante para o Serviço Geológico e também para o setor mineral brasileiro. Vamos empreender esforços para colocar em licitação toda a carteira de ativos da CPRM por meio do PPI. Isso significa mais pesquisa, desenvolvimento regional e empregos”, destacou.

O vice-governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, reconheceu o empenho do Governo Federal para viabilizar a licitação. “Precisamos de atitudes assim para aproveitar a riqueza do subsolo tocantinense e gerar oportunidades de emprego. Esse é um momento histórico para nosso estado”, comemorou Barbosa.

Robson Enéas de Oliveira, da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, disse que a assinatura do contrato mostra a importância do PPI no apoio aos ministérios e às agências brasileiras para

fazer os investimentos acontecerem. “Agradeço ao investidor, a empresa australiana, por confiar no governo brasileiro, ao MME, que sempre apoiou e patrocinou esse processo, e à CPRM”, concluiu Enéas.

Fonte: Serviço Geológico do Brasil

Data: 20/02/2020

EXAME

FUNDO LIDERADO POR BILL GATES INVESTE EM STARTUP DE LÍTIO

A Lilac Solutions é uma das poucas startups que desenvolvem tecnologias para tornar a extração de lítio mais eficiente em termos de energia e gasto de água

A Breakthrough Energy Ventures, comandada por Bill Gates, e o fundo The Engine, do MIT, lideram uma rodada de investimentos de US\$ 20 milhões para a Lilac Solutions, uma startup dos Estados Unidos que tem como foco tornar a extração de lítio menos intensiva em água e mais sustentável. Em meio ao objetivo global de reduzir as emissões de carbono, a demanda é cada vez maior por baterias de íons de lítio para fins como carregar veículos elétricos ou armazenar energia renovável. Embora exista lítio suficiente para atender à demanda atual, a BloombergNEF projeta que o mercado deve registrar déficit em 2023, já que a demanda pelo metal pode multiplicar por quatro na próxima década.

Extração custosa

A BNEF estima que cada tonelada de lítio extraído da salmoura requer 70 mil litros de água doce. Ainda pior, grande parte da mineração de lítio ocorre em regiões que já enfrentam estresse hídrico. Por exemplo, no deserto do Atacama, no Chile, a atividade de mineração tem destruído o ecossistema e afetado comunidades locais. A extração por meio de piscinas de evaporação também é bastante lenta: pode levar até dois anos para a salmoura produzir lítio utilizável. E o processo é capaz de recuperar apenas cerca de 50% do lítio presente na salmoura. Tudo isso aumenta o custo de capital inicial e diminui o ritmo sob qual novas minas podem ser iniciadas.

A Lilac Solutions, com sede em Oakland, na Califórnia, é uma das poucas startups que desenvolvem tecnologias que podem reduzir drasticamente o uso da água, diminuir os gastos de capital e tornar a extração de lítio mais eficiente em termos de energia. Em vez de esperar que o sol aqueça as piscinas de evaporação, a Lilac usa resinas de troca iônica que são capazes de remover seletivamente o lítio e separar o magnésio, cálcio, boro e outros minerais indesejados. Uma vez saturadas, as resinas são tratadas com um ácido para extrair o lítio e podem ser usadas novamente. O processo acaba com a necessidade de grandes piscinas de evaporação e é capaz de devolver a salmoura sem lítio de volta ao subsolo, de acordo com a empresa. Também reduz a quantidade de tempo necessária para extrair lítio da salmoura em poucas horas. E as resinas são seletivas o suficiente para recuperar cerca de 90% de lítio da salmoura.

O processo da Lilac também reduz o uso de energia e, portanto, as emissões de gases de efeito estufa. A Breakthrough Energy Ventures procura investir em startups capazes de reduzir as emissões em 500 milhões de toneladas por ano. Os investidores do fundo incluem Jeff Bezos, fundador da Amazon.com, e Jack Ma, cofundador do Alibaba. Michael Bloomberg, fundador e acionista majoritário da Bloomberg LP, também apoia a Breakthrough.

Fonte: Exame / Bloomberg

Autor: Akshat Rathi

Data: 21/02/2020



www.50cbg.com